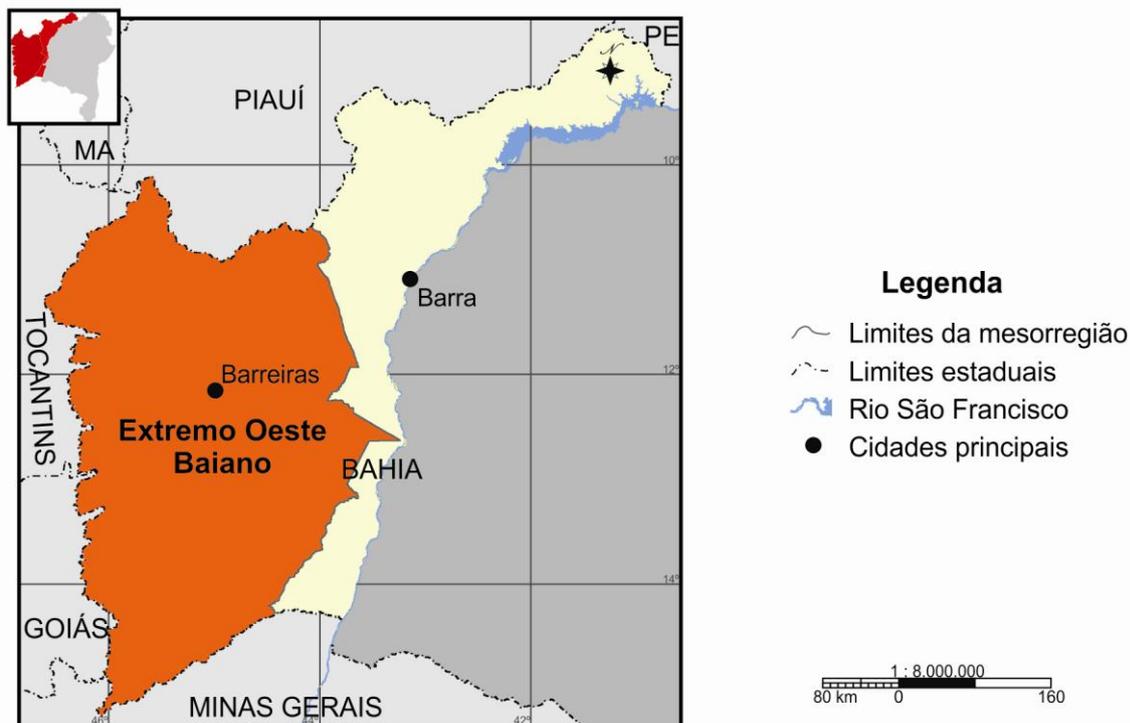


O RIO, O GADO E O SERTÃO: A GÊNESE PERNAMBUCANA DO EXTREMO OESTE BAIANO

NATHAN BELCAVELLO DE OLIVEIRA¹

1 - Introdução

Ao contrário do que contemporaneamente vislumbramos de fronteiras entre as Unidades Federadas brasileiras no mapa político do país, a origem primeira do que hoje se denomina Extremo Oeste Baiano (mesorregião traçada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na Bahia), juntamente com a porção do território do Estado que se estende até a margem esquerda do rio São Francisco (vide mapa 1), está conectada à lógica da ocupação do território concebida a partir de Olinda e Recife até quase o fim do primeiro quartel do século XIX.



Mapa 1 – A região baiana da margem esquerda do rio São Francisco, com destaque para a mesorregião do Extremo Oeste Baiano

Fonte: elaboração própria a partir de IBGE (2013).

¹ Geógrafo do Departamento de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano da Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos do Ministério das Cidades. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília sob orientação do professor Doutor Fernando Luiz Araújo Sobrinho. Endereços eletrônicos: <<http://www.belcavello.com.br>>; belcavello@aluno.unb.br e nathan.oliveira@cidades.gov.br.

<http://www.enanpege.ggf.br>

Vinculado a uma concessão dada sem a real dimensão territorial que a abrangia, uma vez que não se tinha perspectiva correta do curso que o rio São Francisco percorria desde sua nascente; nem, muito menos, do factível limite acordado entre as Coroas portuguesa e espanhola, dada a falta de tecnologia à época para se posicionar o meridiano descrito no Tratado de Tordesilhas (BRANDÃO, 1995); o então denominado Sertão Pernambucano foi ocupado a partir do rio São Francisco e pela expansão da criação extensiva de gado. Ocupação esta realizada com sangue e penar nativo e dos “pernambucanos” e “bairanos”, tanto europeus quanto africanos, que se aventuravam em terras tão inóspitas e hostis.

Tentando decifrar as agruras e desafios que levaram à ocupação do território em que hoje se encontra os limites mais ocidentais da fronteira agrícola da moderna produção de grãos se converte o objetivo deste trabalho, procurando a compreensão da atual dinâmica espacial e seus nexos, aparentemente inexistentes, com este passado remoto e, muitas vezes, feito por se esquecer.

2 - O rio: da demarcação à via de ocupação do território

Em 1501, a foz do rio São Francisco é descoberta por expedição comandada por André Gonçalves e Américo Vespúcio (ROCHA, 1983, p. 14). Mas somente mais de três décadas depois surge o efetivo interesse em possuir as terras que cabiam a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas, motivado pelo perigo eminente de concretização da posse por parte da França, que já há muito saqueava a costa brasileira². A partir de 1534 o rei Dom João III passa a conceder capitâneas a nobres. A primeira foi doada a Duarte Coelho, com 60 léguas de terras no litoral, do rio de Santa Cruz³, ao norte, à foz do rio São Francisco, ao sul (BIBLIOTECA NACIONAL, 1929), nomeada por seu donatário de Nova Lusitânia, mas conhecida popularmente como Pernambuco⁴.

Diferente do que é visto na maior parte dos mapas históricos ou naqueles dispostos em livros didáticos, nem todas as cartas de doação conhecidas das 15 primeiras capitâneas hereditárias, concedidas até 1536, fazem referência somente à extensão em léguas no

² “Diogo de Gouveia, que vivia na França, ao par dos projetos franceses acêrca do Brasil, insistiu com Dom JOÃO III para efetivar, de pronto, o povoamento da colônia, pena de vir perde-la” (DIAS, 1956, p. 14).

³ Na verdade o braço meridional do canal d’água que separa a ilha de Itamaracá do continente.

⁴ Que, entre outras tantas interpretações similares indicadas por Cabral (1881, p. 219), aponta que “afinal paranambúka será ‘rebentação do rio grande’ designando-se pelo nome ‘rio grande’ – paranã o semi-mar formado pelos rios Capibaribe e Bybyrybe”.

<http://www.enanpege.ggf.br>

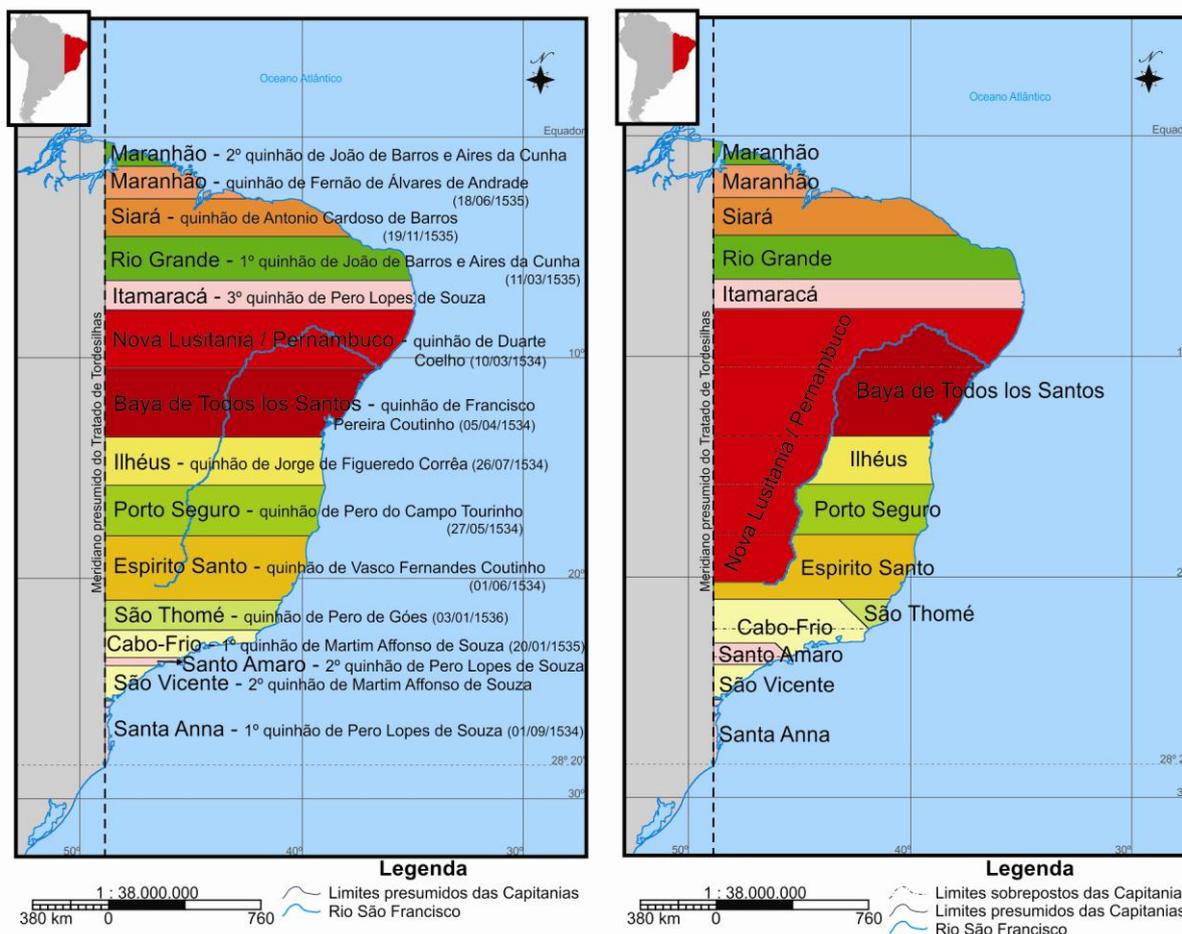
litoral para, a partir destas medidas, traçar limites retos entre as terras doadas até o meridiano de Tordesilhas⁵. Isso modifica o desenho mental que se toma por referência ao se remeter aos primeiros anos de colonização brasileira, como podemos vislumbrar na comparação dos mapas 2 e 3. Entre as que apresentam peculiaridades está a de Duarte Coelho, na qual Dom João III claramente deixa sob domínio deste donatário toda a extensão do rio São Francisco⁶, mesmo que algumas linhas a frente a carta de doação faça menção que a posseção deste donatário consideraria a dimensão das 60 léguas para o interior do território⁷. “Assim o território da Capitania de Pernambuco infletia para o Sudoeste, a acompanhar o curso do rio, alcançando suas nascentes no hoje Estado das Minas Gerais” (OS, 2003, p. 1), sobrepondo-se a sul com terras de outros donatários até a capitania do Espírito Santo.

⁵ Sobre os limites entre as capitanias, principalmente ao sul do rio São Francisco, ver Brandão (2000).

⁶ “[...] Sessenta leguas de terra na dita Costa do Brasil, as quaes se começarão no Rio de São Francisco [...] e acabarão no Rio que cerca em redondo toda a Ilha de Tamaracá, ao qual Rio ora novamente ponho nome de Rio de Santa Cruz [...] e assim entrará na dita terra e demarcação della todo o dito Rio de São Francisco [...]” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1929, p. 69-70).

⁷ “[...] a qual linha se entenderá do meio da Barra do dito Rio de Santa Cruz cortando direto a Leste, e as dita sessenta leguas de terra se entenderão, e serão de largo ao longo da Costa, e entrarão na mesma largura no Sertão, e terra firme a dentro tanto quanto puderem, e for da minha conquista [...]” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1929, p. 70).

<http://www.enanpege.ggf.br>



Mapas 2 e 3 – As primeiras Capitânicas do Brasil, segundo as doações realizadas por Dom João III entre 1534 e 1536

Fonte: elaboração própria a partir de dados e informações de Biblioteca Nacional (1929, 1948), Dias (1956), Brandão (2000), Carrillo (2003) e IBGE (2013).

Considerando o fracasso quase completo do projeto de ocupação do território por meio das capitânicas hereditárias, salvo alguns êxitos como o de Duarte Coelho, o conflito generalizado que poderia surgir da sobreposição das doações, oriunda do desconhecimento do território, acabou não criando maiores vultos inicialmente. A nosso ver, o próprio sucesso relativo da ação de Duarte Coelho, aliado ao desconhecimento proposital da localização do meridiano de Tordesilhas (BRANDÃO, 1995), acabou por sedimentar o rio São Francisco como limite meridional da capitania de Pernambuco.

O processo de ocupação do litoral se inicia com a extração do pau brasil e a implantação da cultura açucareira, em substituição à mata que se estendia pela costa desde o sul da então colônia portuguesa, redundando na fundação de Olinda em 1537. Como nos diz Moreira (2012, p. 12),

[...] é com o ciclo da cana-de-açúcar que começa efetivamente o processo da ocupação e formação espacial da colônia. Sua área inicial de localização é São Vicente, no litoral de São Paulo, [...] mas a área privilegiada de desenvolvimento é a zona da mata nordestina, onde se instala em 1532 [...].

Nesta perspectiva, a capitania de Pernambuco e, em especial, Olinda (como primeira expressão de espaço urbano de comando da metrópole na colônia⁸) apresentam situação privilegiada no processo de ocupação do território, tendo o São Francisco como facilitador na interiorização. Ao estabelecimento do Governo-Geral da colônia a partir de 1548, com Tomé de Sousa, seguia as ordens de exploração do rio São Francisco, “[...] pondo-se marcos, tomando-se posse das terras que se descobrissem, e que de tudo fosse digno de nota, escrevesse ao rei” (COSTA, 1983, p. 60). Contudo, como aponta Costa (1983), coube a Duarte Coelho de Albuquerque, filho do donatário de Pernambuco, juntamente com seu irmão Jorge de Albuquerque, a tarefa da conquista dessas terras, dizimando e submetendo aos nativos, sobretudo caetés.

Podemos verificar uma sequência de estabelecimento de vilas de Olinda até próximo à foz do rio. São estabelecidas as vilas: de Formosa, em 1627; e de Bom Sucesso, de Madalena e de Penedo, em 1636⁹ (IBGE, 2013). Tal feito, mesmo sopesando o controle holandês sobre a faixa litorânea de Pernambuco entre 1635 a 1645, possibilitou que “já no fim do século XVII os capuchinhos franceses, em colaboração com o governo de Pernambuco, [...] [alcançassem] o médio S. Francisco, na proximidade da cachoeira de Sobradinho” (LIMA SOBRINHO, 1986, p. 309).

Atuação eclesiástica que, na verdade, transvestia seu caráter estatal de ocupação do território, devido ao *padroado* que impunha o controle da Coroa portuguesa sobre a Igreja, a que esta última tomava proveito¹⁰. Além disso, a de se destacar o controle da Ordem de Cristo por parte dos monarcas portugueses, iniciada de maneira ocasional, como nos aponta Porto ([1979]), por Dom Manuel em 1495 e oficializada pelo Papa Júlio III a partir de 1551. Contudo, considerando os interesses de se estender os domínios portugueses em terras do

⁸ Sobre espaço urbano enquanto fração do espaço geográfico de comando, ver Oliveira e Araújo Sobrinho (2012).

⁹ Respectivamente são os atuais Municípios de Sirinhaém, em Pernambuco, e de Porto Calvo, de Marechal Deodoro e de Penedo, em Alagoas (IBGE, 2013).

¹⁰ “A transposição do sistema do padroado de Portugal para o Brasil coloca a Igreja sobre o estreito controle da Coroa. A Igreja católica portuguesa não tem direito de se meter no que diz respeito ao que se faz no ultramar. O rei e os seus representantes no Brasil têm a responsabilidade de estruturar a vida religiosa em imensidões ainda quase vazias. A administração colonial cobra a dízima. Desenha as dioceses e as paróquias [...]. Esta tutela tem consequências consideráveis: faz da hierarquia católica um dos mecanismos da administração colonial; esta tira daí uma legitimidade reforçada, enquanto a Igreja pode contar com o apoio do poder político” (CLAVAL, 2010, p. 59).

Novo Mundo, há de se entender porque da atuação jesuíta mais presente nas fronteiras norte e sul da colônia, a partir das desembocaduras dos rios Amazonas e da Prata, respectivamente.

3 - O gado: da opção econômica aos executores da ocupação do território

O litoral da então capitania de São Vicente e a zona da mata nordestina são as responsáveis, conforme afirma Moreira (2012), pelos dois vetores territoriais da formação espacial brasileira: o bandeirantismo, oriundo de São Paulo; e a expansão do gado, originário do sul, introduzidos pelas missões jesuíticas, e (principalmente no início da ocupação do território) dos sertões de Dentro e de Fora, “designações dadas às terras sertanejas da Bahia e de Pernambuco e Piauí, respectivamente” (BRANDÃO, 2009, p. 51), subindo o rio São Francisco e seus afluentes¹¹.

As trilhas do gado seguem em sentido contrário ao do vetor bandeirante. Seu ponto de origem é a região açucareira da zona da mata, com ponto de referência em Pernambuco, de onde, na forma de ondas, o gado avança aos limites ocidentais do sertão nordestino rumo ao Piauí e Ceará, na direção oeste, e aos limites do planalto central, através da calha do rio São Francisco, na direção sul. [...] Tal como no caminho dos bandeirantes, uma diversidade de pontos de parada vai dando origem a manchas de cultivos e de vilas de onde irão brotando os centros de referência da ocupação do território (MOREIRA, 2012, p. 11 – grifo nosso).

Opção imposta pela divisão territorial do trabalho, a que deixa subentendido Prado Júnior (2012), ao descrever as atividades acessórias de subsistência àqueles que tratavam da produção açucareira, desde o início na colônia, incluindo entre elas a pecuária.

A cultura da cana não permitiu que se desenvolvesse nos férteis terrenos da beira-mar. Relegou-a para o interior mesmo quando este apresentava os maiores inconvenientes [...], como se dá em particular no sertão do Nordeste. [...] Apesar das condições desvantajosas – em parte graças a elas porque forçaram uma grande dispersão –, as fazendas de gado se multiplicaram rapidamente, estendendo-se, embora numa ocupação muito rala e cheia de vácuos, por grandes áreas. Seus centros de irradiação são a Bahia e Pernambuco (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 44-45).

¹¹ “Obtidas as grandes sesmarias, Garcia D’Ávila, Guedes de Brito e seus sucessores espalharam em fins do século XVI e por todo o século XVII os seus currais pelas margens do São Francisco e nas dos seus afluentes, de lá propagando-se pelos sertões nordestinos [...]. Foi assim o vale do São Francisco o condutor do desbravamento e aproveitamento econômico da maior parte do território nacional” (ROCHA, 1983, p. 15).

<http://www.enanpege.ggf.br>

Sendo Pernambuco responsável pelo avanço inicial até o século XVI, como nos afirma Andrade (2011, p. 185), pelo rio São Francisco, “[...] logo desviado para o norte seguindo a linha litorânea, uma vez que ao norte o Sertão chegava até o litoral e oferecia boas pastagens para o gado, ao mesmo tempo que no Litoral Setentrional os franceses constituíam uma ameaça constante à jovem colônia portuguesa”.

Contudo, acerca da origem daqueles que ocupam o território que abrangia o vale do São Francisco, Lima Sobrinho (1986, p. 307) enfatiza que:

[...] é claro que se não podia apurar a procedência dos habitantes da região, pois que havia que contar com os índios cariris, com os mulatos, com os portugueses, com os escravos, que tanto podiam ser africanos como do gentio, talvez mais do gentio que da África. [...] Como distinguir, nesse cadinho, entre baianos e pernambucanos, quando tanto havia um baiano como Francisco Dias de Ávila, como pernambucanos como os Vanderlei e os Vieira de Melo, ou os portugueses como Domingos Afonso Mafrense e seu irmão ou os que estão mencionados na Relation do capuchinho francês [Martin de Nantes]?

Empreendimento realizado, como nos aponta Andrade (2011, p. 184), não pelos fidalgos recebedores de sesmarias, mas “pelos vaqueiros, muitas vezes escravos, e por posseiros que, não dispendo de prestígio em Salvador [e em Recife] [...] não conseguiam sesmarias”. A esses soma Rocha (1983) os remeiros do São Francisco, responsáveis pela força motriz de transposição das canoas, balsas, ajoujos¹² e barcas contra a correnteza do rio.

Dessa maneira, assim como Monbeig (1984, p. 133) aponta os mineiros como pioneiros do café no oeste paulista e norte paranaense, desbravando a floresta e repelindo o índio, podemos considerar o *sertanejo*, criador de gado, transportador de cargas no São Francisco, tanto de Pernambuco quanto da Bahia, como pioneiro deste vasto e, muitas vezes, hostil espaço. Isto considerando que, além do índio que, a duras penas, resistia ao extermínio, à escravização e à catequização, também as condições adversas de clima e, sobretudo, de distribuição hídrica, características da caatinga, restringiam um avanço contínuo de qualquer parte do litoral.

Tais aspectos ambientais são descritos por vários viajantes que se aventuraram pelas terras ressentidas de água que configuram a caatinga e o semiárido brasileiro. Lima Sobrinho (1986, p. 305-306) o faz ao relatar a viagem do padre capuchinho francês Martin de Nantes no século XVII da ilha de Aracapá, no atual Município de Orocó, em Pernambuco,

¹² “O ajoujo é a junção de duas ou três canoas por um estrado de madeira, sobre o qual pisam os animais ou repousa a carga transportada” (ROCHA, 1983, p. 19).

<http://www.enanpege.ggf.br>

até Salvador, então sede do Governo-Geral da colônia, para relatar e solicitar providências das autoridades contra milícias da Casa da Torre, da família de Dias D'Ávila, que recebera sesmarias na margem baiana do São Francisco, que conflitavam com índios da aldeia que assumira a responsabilidade de conduzir. Séculos depois também os relatou Spix e Martius (1938) em viagem que realizaram de Salvador a Juazeiro no ano de 1819, visitando o chamado Sertão de Pernambuco, única região da capitania de Pernambuco visitada¹³, formada então pelas vilas da Barra do Rio Grande, Pilão Arcado, Symbres, Villa Real de Santa Maria, Flores, da Assumpção e Garanhuns.

4 - O sertão: do domínio distante à efetivação da ocupação do território e a anexação à Bahia

Até aqui podemos notar uma forte influência do espaço urbano de Olinda na ocupação territorial deste limiar de sua hinterlândia, mesmo que perpassada pela ação de forças, principalmente, econômicas vindas da Bahia. A *Informação Geral da Capitania de Pernambuco* (BIBLIOTECA NACIONAL, 1908, p. 422), datada de 1749, dá conta que a freguesia do Rio Grande do Sul estaria sob o termo da Cidade de Olinda, juntamente com as demais freguesias que formavam o Sertão de Pernambuco.

Essa imensa região se caracterizava, necessariamente, como zona produtora de gêneros alimentícios para a zona açucareira, destacando-se a pecuária extensiva em quantidade considerável, como nos descreve Antonil (1982, p. 95-96), referindo-se à extensão de terras de pasto no Brasil no princípio do século XVIII.

[...] Posto que sejam muitos os currais da parte da Bahia, [mais de 500 até a borda aquém São Francisco,] chegam a maior número os de Pernambuco, cujo sertão se estende pela costa desde a cidade de Olinda até o rio de São Francisco [...]. Os currais desta parte hão de passar de oitocentos [...]. Só do rio de Iguaçu estão hoje mais de trinta mil cabeças de gado. As da parte da Bahia se tem por certo que passam de meio milhão, e mais de oitocentas mil hão de ser as da parte de Pernambuco [...].

Região com frequentes delitos, como aponta carta de 1726, de Dom João IV ao então governador de Pernambuco, Dom Manoel Roullim de Moura, em resposta a carta de membros da Câmara de Olinda, que relata “[...] haver muitos criminosos nos *dilatados certões* d’essa Capitania [...]” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1908, p. 346 – grifo nosso).

A descoberta de ouro neste período irá proporcionar maior fervor na ocupação do território, além da necessidade da constituição de uma situação mais propensa à ação

¹³ “[...] Um tanto propositadamente, por causa dos movimentos políticos, que alguns annos antes se deram nessa provincia” (SPIX; MARTIUS, 1938, p. 313).

<http://www.enanpege.ggf.br>

estatal na região. Tal fato é demonstrado, por exemplo, por ordem dada em 1701, proibindo o comércio entre o sertão pernambucano e a região das minas recém-descobertas, que, com certeza, já se fazia comumente¹⁴. Esta proibição nos leva a inferir que a região já contava com contingente populacional considerável.

Ainda a *Informação Geral da Capitania de Pernambuco* (BIBLIOTECA NACIONAL, 1908, p. 413) registra a existência de uma igreja e três capelas distribuídas na então freguesia de Barra do Rio Grande do Sul, que se limitava ao norte com Pilão Arcado e ao sul com o rio Carinhanha, que já se constituíra como limite entre as Capitanias de Pernambuco e de Minas Gerais¹⁵.

Corroborando ainda para a maior densidade populacional a sugestão ao rei Dom João V, feita pelo governador de Pernambuco, Dom Marcos José de Noronha e Brito (Conde dos Arcos), registrada em carta datada de 24 de julho de 1746 (BRITO, 1746), de se estabelecer uma vila em São Francisco de Chagas da Barra do Rio Grande do Sul, pela grande população que possui. Confirmada em 1754, pelo então vice-rei e governador-geral do Brasil, Dom Luís Pedro Peregrino de Carvalho de Meneses e Ataíde (Conde de Autogúia), ao novo rei, Dom José I, afirmando “ser ella Villa já huã das mais vivas, é populoza, é florente em comércio que há em todo aquelle continente” (ATAÍDE, 1754). A criação da vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul se dá em 1752 e é confirmada em 1753 (ATAÍDE, 1754).

Já a *Idéa da População da Capitania de Pernambuco* (BIBLIOTECA NACIONAL, 1918, p. 102) de 1774 dá conta de 4.873 habitantes¹⁶ na Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul, a que se soma a população da Freguesia de Campo Largo, estando vinculado “o governo das almas, ao Bispado de Pernambuco, e o da Justiça do Ouvidor da Jacobina, districto da Bahia para onde vão os dízimos [...]” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1923, p. 61).

¹⁴ “Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro amigo: Eu El Rey vos envio muito saudar. Por convir a meu serviço, fui servido resolver que essa Capitania se não comunique pelos certões com as Minas de Sam Paulo, nem das ditas minas se possam ir buscar Gados, ou outros mantimentos a essa sobredita Capitania de Pernambuco, nem tambem d’ella trazerem-se as minas” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1908, p. 200).

¹⁵ “Estende-se o Governo de Pernambuco pela costa desde a barra do Rio de São Francisco [...] até o Rio Mondaú, extrema do Governo da Capitania do Cyará [...]; pelo certão se termina este Governo, no Rio Carunhanha, que faz barra no Rio de São Francisco [...], confrontando com os Rios dos Tocantins, que desemboca no Maranhão” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1908, 119-120).

¹⁶ Sopesando que a cidade de São Paulo tivesse 9.359 habitantes em 1794, conforme nos aponta Suzuki (2004), é considerável o número de habitantes da Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul.

Esta dualidade de comando da região, aliada à população que se avolumava, transmutar-se-á numa sensação de falta de justiça e de assistência em termos de infraestrutura, registrada por Montenegro (apud MARTINS, 2010, p. 5-6), indicando este que “entre as providências a serem tomadas, estava a necessidade da criação de uma nova comarca ‘para assegurar a observância das leis e a exata administração da justiça’”. Ação tomada em 1810 com a criação da Comarca do Sertão de Pernambuco.

A capitania de Pernambuco ficava então dividida em duas comarcas: a de Pernambuco cujo território iniciava no oceano Atlântico até os limites das vilas de Cimbres e Flores, e a do Sertão de Pernambuco daí em diante até o Carinhanha. [...] As elites políticas e os habitantes das vilas, julgados e povoações haviam experimentado melhorias infra-estruturais com a criação da comarca do Sertão de Pernambuco.

Entretanto, o grave problema da segurança individual ainda perturbava a todos (MARTINS, 2010, p. 5-6).

Assim, dez anos após a primeira divisão, é criada a Comarca do Rio de São Francisco, desde a vila da Barra, até o povoado de Carinhanha, na divisa com Minas Gerais.

Semelhante a criação da comarca do Sertão de Pernambuco, a criação da nova comarca resultou num quadro de melhoria da infra-estrutura das localidades abrangidas por ela. [...] Contudo, às vésperas da Independência e da convocação da Assembleia Constituinte de 1823 ainda eram muitos os problemas e as dificuldades vividas pelos moradores da comarca do Rio de São Francisco (MARTINS, 2010, p. 7-8).

Tais dificuldades fomentaram o pedido de criação de uma nova Província a partir da Comarca do Rio de São Francisco¹⁷, mas que, ao contrário dos êxitos conseguidos anteriormente, foi sumariamente indeferido pela Assembleia Constituinte.

A partir de então, com a dissolução da Assembleia Constituinte, a imposição da Constituição Imperial e seus desdobramentos sobre as relações políticas entre o governo central e as elites locais, que culminaram com a proclamação da Confederação do Equador em 1824, a então Comarca do Rio de São Francisco é anexada primeiramente à Província de Minas Gerais, permanecendo desta maneira até 1827, quando passa a ser território da Província da Bahia, situação que se sedimenta até os dias de hoje.

¹⁷ Por meio de procuração os “povos do sertão das Gerais e Rio de São Francisco”, solicitaram a criação de uma nova província desmembrada das províncias da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, e tendo por capital o arraial de Carinhanha (MARTINS, 2010, p. 8).

<http://www.enanpege.ggf.br>

5 - Considerações finais

Todo esse processo de modificação da situação regional, com sua clara vinculação inicial ao espaço urbano de Olinda e Recife, perpassando pelas influências da zona mineradora, até a derradeira ligação à lógica estabelecida a partir de Salvador e do Recôncavo Baiano, é pressuposto para análise do atual estágio de desenvolvimento do Extremo Oeste Baiano, mesmo que a dinâmica assistida nos últimos três decênios tenha-o vinculado à produção da soja, como nos descreve Santos Filho (1989).

A constituição do espaço urbano dessa região sofreu, como se tentou esboçar nas páginas desse trabalho, e sofre a influência da formação espacial brasileira em seus distintos períodos.

Acreditamos que estas considerações podem auxiliar no debate acerca da criação de Municípios não só no Extremo Oeste Baiano, mas também trazer elementos para a questão a nível nacional.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. Coleção Reconquista do Brasil. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000026.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2012.

ATAÍDE, Luís Pedro Peregrino de Carvalho de Meneses e. **Carta do Conde de Autogúia ao rei sobre a criação da vila da Barra do Rio Grande do Sul**. 10 jan. 1754. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/ultramar/.../ult_frame.php?cod=6577>. Acesso em: 10 jul. 2013.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec / Fapesp; Recife: UFPE, 2006. (Estudos Históricos, 65).

BIBLIOTECA NACIONAL. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**: 1906. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1908. v. 28.

_____. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**: 1918. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1923. v. 40.

<http://www.enanpege.ggf.br>

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. **Um território indiferenciado dos sertões: a geografia pretérita do Oeste Baiano (1501-1827)**. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia: UFG, v. 29, n. 1, p. 47-56, jan.-jun. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/6059>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

BRANDÃO, Renato Pereira. A Capitania Real do Rio de Janeiro: a Companhia de Jesus e os Correias de Sá na apropriação régia do espaço vicentino. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PORTUGAL-BRASIL, 1., 2000, Lisboa. **Actas do...** Lisboa: Ministério da Educação, v. 1, 2000. p. 118-132. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/21191696/A-Capitania-Real>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

BRITO, Marcos José de Noronha e. **Carta do Conde dos Arcos ao rei sobre a necessidade de nomear um capitão-mor para a freguesia de Barra do Rio Grande do Sul, pertencente à comarca da Ouvidoria de Pernambuco, pela grande população que tem, sugerindo que ali seja edificada uma vila**. 24 jul. 1746. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/ultramar/.../ult_frame.php?cod=5772>. Acesso em: 10 jul. 2013.

CABRAL, Alfredo do Valle. Etymologias Brazilicas. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 8, p. 215-219, 1881.

CARRILLO, Carlos Alberto. **Memória da justiça brasileira**. 3. ed. Salvador: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, 2003. v. 1.

CLAVAL, Paul. **A construção do Brasil: uma grande potência em emergência**. Lisboa: Instituto Piaget, 2010. (Economia e Política, 110).

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; e CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-47.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais pernambucanos 1493-1590**. 2. ed. Recife: FUDARPE, 1983. v. 1.

DIAS, Demosthenes de Oliveira. **Formação territorial do Brasil: origem e evolução**. Rio de Janeiro: Luiz Franco, 1956.

<http://www.enanpege.ggf.br>

MARTINS, Herbert Toledo. A retaliação de Pernambuco: o caso da Comarca do Rio de São Francisco. **Revista CLIO**: Revista de Pesquisa Histórica, Recife: UFPE, n. 28, v. 2, p. 1-16, 2010. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistacio/.../viewFile/74/103>>. Acesso em: 1º nov. 2012.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec / Polis, 1984.

MOREIRA, Ruy. **Formação espacial brasileira**: uma contribuição crítica à geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

OLIVEIRA, Nathan Belcavello de; e ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz. Aportes para a análise espacial do atual pacto federativo brasileiro: estabelecendo relações entre espaço urbano, cidade e exercício do poder. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 17., 2012, Belo Horizonte. **Anais do...** Belo Horizonte: AGB / UFMG, 2012. Disponível em: <<http://www.belcavello.com.br/publica/artigos/anais/2012xviieng>>. Acesso em: 1º nov. 2012.

OS tempos de Duarte Coelho. **Diário de Pernambuco**, Recife, 7 jul. 2003. Os Holandeses em Pernambuco - Uma história de 24 anos. Disponível em: <http://www.old.pernambuco.com/diario/2003/07/07/especialholandesesf15_0.html>. Acesso em: 15 nov. 2012.

PORTO, José da Costa. **O sistema sesmarial no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, [1979].

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ROCHA, Geraldo. **O rio São Francisco**: fator precípua da existência do Brasil. 3. ed. São Paulo: Nacional / Codevasf, 1983.

SANTOS FILHO, Milton (coord.). **O processo de urbanização no Oeste Baiano**. Recife: SUDENE-DPG / PSU-URB, 1989.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Através da Bahia**: excertos da obra *Reise in Brasilien*. Tradução de Pirajá da Silva e Paulo Wolf. 3. ed. Rio de Janeiro: Nacional, 1938. Série Brasileira.

SUZUKI, Julio Cesar. Metamorfoses da expansão urbana na gênese da moderna cidade de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Geografias de São Paulo**: representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004. p. 131-156.